

## Entrevista com o professor Dr. Carlile Lanzieri Júnior

Dr. Carlos Eduardo Zlatic<sup>1</sup>

É inegável que a Idade Média tem atraído olhares interessados e curiosos. Haveria muito a dizer, mas pode-se apontar para o sucesso que um medievo sonhado, temido e, sobretudo, imaginado, tem experimentado diante dos olhares contemporâneos, embalado por roteiros que buscam atender muito mais às expectativas do nosso tempo, tanto nas produções audiovisuais, quanto na política. Se a série recordista de audiência se constrói sobre um visual e uma dinâmica supostamente medievais, grupos políticos também recorrem a esse expediente para manipular um passado do qual pretendem se fazer herdeiros.

A Idade Média também é uma disputa. Afirmação ratificada pelos debates que antecederam a homologação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, nos quais muitos historiadores, medievalistas ou não, defenderam a importância do estudo da Idade Média no programa que orienta o ensino básico em território nacional. Essa defesa não pode ser entendida, contudo, sem que reconheçamos a afirmação dos estudos medievais no Brasil ao longo das últimas décadas.

Esses e outros questionamentos orientam essa entrevista com o professor Dr. Carlile Lanzieri Júnior, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Ao longo das respostas elaboradas a partir do rico diálogo entre múltiplas ideias oferecidas com gentileza – cuidado e presteza que eu muito agradeço –, aparecem algumas das pesquisas do entrevistado, como as reflexões sobre os usos do passado medieval, que renderão a publicação do livro intitulado *Cavaleiros de cola papel e plástico: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade* (D7 Livros) ainda em 2021; a educação e o conhecimento na Idade Média; as perspectivas historiográficas dos estudos medievais, entre outros. Confira abaixo.

**1. Penso que esta é uma pergunta muito repetida, mas acredito que ela pode ser um bom ponto de abertura para essa conversa: Por que estudar a Idade Média hoje e no Brasil? Veja, com isso quero me referir a uma pergunta dupla: Por que estudar Idade Média hoje? E, por que fazer isso no Brasil, ou, se preferir, na América Latina?**

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED).

Essa pergunta é muito interessante. Muito interessante por uma questão bem simples em termos pessoais: durante anos, eu nunca me preocupei com ela, pois acreditava que uma paixão é para ser vivida, não para ser explicada. Em 2016, com a possibilidade de cortes nos temas relacionados à Antiguidade e ao Medievo na Educação Básica, proposta pela primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mudei radicalmente essa forma de pensar. É necessário explicar sim a importância de se estudar Idade Média para a sociedade e até mesmo para os pares, por mais incrível que pareça. Hoje, aquela minha postura inicial perdeu completamente o sentido. Desde então, busco compreender e ler mais sobre o ensino de História e temas correlatos. Todas as vezes nas quais me fazem essa pergunta, me recordo da filósofa norte-americana Martha Nussbaum, em *Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades*, ao escrever sobre o coral das crianças de Chicago. Ao ver aquelas crianças juntas, quase todas elas de origem estrangeira e moradoras de bairros pobres daquela cidade dos Estados Unidos, Nussbaum ficou surpresa ao vê-las cantando-brincando com uma canção de Johann Sebastian Bach (1685-1750). Para ela, ver pessoas tão diferentes acessando algo de uma cultura que não era a delas, era uma experiência incrível, um testemunho de quanto o contato com a diversidade pode ser positivo para qualquer ser humano. Assim, para mim, à luz do que Martha Nussbaum propôs, estudar a Idade Média hoje é trabalhar com a possibilidade de acessar diferentes experiências humanas no espaço e no tempo. Em um sentido humanístico, acessar essas diferentes experiências é dar profundidade à nossa existência e compreender como, em outros momentos, as pessoas lidaram e deram respostas a questões fundamentais, como por exemplo, ensino, religião, arte, política, contatos interculturais e alimentação. Creio que essa seja uma percepção também compartilhada pelos antiquistas com os quais cerramos fileiras em 2016, um ano fundamental para que começássemos a olhar com maior cuidado para a questão aqui posta e superar respostas que giravam apenas em torno das ideias de herança e identidade.

Para dar mais clareza ao que penso, trago um exemplo pessoal. Trabalhei com a educação medieval com o objetivo de entender a relação próxima que então existia entre a ciência e a sapiência, algo que praticamente se desfez na modernidade e na contemporaneidade com a ascensão de uma educação eminentemente tecnicista. O que podemos aprender com ela? O que ela pode nos ensinar? Essas perguntas que nortearam uma parcela significativa de meus trabalhos desde pelo menos 2013, além de trazer as práticas pedagógicas medievais para o centro do debate que propunha, também me fizeram pensar

sobre o quanto o conhecimento se torna raso quando o limitamos aos últimos séculos de nossa existência. Não penso que essa educação possa ser usada como um modelo alternativo na atualidade, mas podemos pensar com ela e criar reflexões a partir dela.

Para terminar, gostaria de voltar a um ponto mencionado anteriormente: particularmente, fico incomodado quando tenho que responder essa questão na lida com os pares de outras áreas, destacadamente aqueles que acreditam que o passado deva ser buscado como algo prático para explicar o presente. Em minha opinião, essa é uma visão estreita e pouco democrática. Se há um evidente interesse da sociedade por temas ligados ao medievo, parece que no meio acadêmico há a permanente construção de uma hierarquia na qual temas locais e contemporâneos são tratados como mais importantes ou mesmo urgentes. Neste ponto, eu me alinho com Carlo Ginzburg, para quem não existe um tema ou objeto de pesquisa cujo valor é dado *a priori*, mas a qualidade da pesquisa em si. Nesse sentido, o que realmente importa (ou pelos menos deveria importar) não é o tema escolhido, mas a pesquisa apresentada. Ela é boa ou ruim? Como cientista das humanidades – e até que me provem o contrário –, tudo que é humano me interessa, inclusive o que se passou na Idade Média.

**2. Muito se pode falar a respeito de uma legitimidade dos medievalistas brasileiros em pesquisar a Idade Média, mas, usualmente, dois argumentos saltam de pronto quando nos vemos diante de ter de responder a essa pergunta quase inquisitória: um primeiro que, enquanto América portuguesa, nós herdamos, desde a colonização, uma tradição e modelos de organização que não podem ser entendidos sem a compreensão da Idade Média Ibérica e portuguesa; e o segundo, que nosso desligamento em relação às questões identitárias e políticas e, enfim, os nacionalismos, nos fariam mais isentos para propor teses sobre a realidade medieval das velhas nações europeias, porque nós não seríamos, portanto, nacionalistas. Você pensa que essas respostas continuam sendo válidas? Há algo mais a se dizer sobre os argumentos de legitimidade dos estudos medievais no Brasil?**

Essas respostas são válidas, mas penso que podemos mais. Conforme demonstrei na questão precedente, precisamos romper com as antigas lógicas de herança e identidade que conectaram a nossa história à história medieval, com nítido destaque para o que se passou no mundo ibérico. Na linha de frente do manual *Idade Média: nascimento do ocidente*, de Hilário Franco Júnior, elas tiveram a sua importância quando o nosso campo ainda construía

uma legitimidade própria. Mas agora, embora essas respostas continuem a ter o seu valor, é preciso avançar; e a busca por legitimidade nesses termos, me parece um tanto quanto defasada, mais ainda se levarmos em consideração o avanço qualitativo nas pesquisas que aqui são desenvolvidas e a nossa crescente capacidade de assumir posições de protagonismo nos debates internacionais. Também conforme afirmei anteriormente, entendo que devemos sim estudar a Idade Média porque ela faz parte da história da humanidade e nós somos parte dela. Com isso, espero que finalmente tenhamos a condição de superar o imperativo prático silencioso de ter que nos explicar para os pares europeus na esperança de que eles (e apenas eles), nos recebam e colem (ou não) um selo de garantia no que fazemos. Depois de tanto tempo, será que ainda precisamos disso?

Também de uns tempos para cá, muito em função de minhas leituras sobre o pensamento decolonial, os estudos subalternos, as vozes do Sul e, enfim, a História Global, tenho confiado cada vez mais que existe um amadurecimento geracional que nos permite lançar as nossas questões para o medieval, e isso deve e pode ser feito sem a necessidade impositiva de mediadores privilegiados, mas a partir de nossas inquietações, de nossas percepções e de nossas tradições historiográficas. Por que não? Posso estar sendo ousado ou otimista demais, confesso, mas considero que temos muito a ganhar com isso. Se a verve nacionalista europeia e as disputas regionais que lá existiram (e certamente ainda existem alimentadas pela crença desmedida em um novo “choque de civilizações”), não estão em nossas pautas e não nos orientam desde o berço de nossa formação historiográfica, nossa percepção plural e mestiça tem muito a contribuir. Primeiro, porque somos capazes de nos afastar sem maiores problemas de uma lógica local ao estabelecer diálogos mais amplos no âmbito da pesquisa e do ensino. Segundo, porque também assumimos a condição de observadores privilegiados de eventos que se deram de maneira simultânea a atingir diferentes lugares e regiões dentro e fora da Europa. Por fim, a nossa presença nesses debates com questões próprias ajudaria (e muito) a combater a relação centro-periferia que se fez durante tanto tempo nas pesquisas, a privilegiar abordagens eurocêntricas e seus perpetradores.

Sem sombra de dúvida, este é um sinal positivo de que a História feita em caixinhas, com limites e protagonismos pré-determinados tão comum nos séculos XIX e XX, não é mais a que queremos, não é mais a que satisfaz as perguntas feitas pelos historiadores e historiadoras, e medievalistas em específico, que estão a viver em um século XXI no qual o movimento das pessoas a construir mais redes e conexões do que raízes e genealogias, a agir e interagir com as estruturas que não mais se fazem balizadas pelas envelhecidas lógicas

nacionais de outrora. Ao compreender esses movimentos, assim como os seus diferentes níveis e limites, podemos nos aproximar mais da maneira como os indivíduos transformavam o coletivo ao tomá-lo com as próprias mãos, isso vale para o medievo e também para outros períodos históricos.

**3. Podemos afirmar, que nos anos 1980, o campo dos estudos medievais no Brasil já era uma realidade, claro, ainda a se afirmar. Hoje, não resta dúvida de que a medievalística se consolidou na historiografia brasileira. Ao longo desses últimos quarenta anos, qual balanço pode ser feito sobre a constituição e fortalecimento dos estudos medievais no Brasil no que diz respeito, por exemplo, ao crescimento de centros de pesquisa, a diversificação dos temas e as abrangências espaciais e temporais?**

Sem dúvida, a área cresceu significativamente no Brasil. Por mais genérico que possa ser, qualquer balanço a ser feito não pode negar esse crescimento. É um fato. Se nos anos oitenta, salvo honrosas exceções, tudo basicamente se resumia ao que orbitava ao redor do eixo Rio-São Paulo com o trabalho de alguns abnegados pesquisadores, hoje, é gratificante saber que há uma produção consolidada de pesquisas em diferentes estados do centro oeste e do nordeste brasileiros, com vários profissionais atuando na graduação e em programas de pós-graduação. Mesmo em uma região mais distante e com problemas estruturais históricos como o Norte, eventos estão sendo realizados com alguma frequência, e laboratórios e grupos de pesquisas estão a despontar, o que indica que em um futuro próximo, muitos dos novos pesquisadores não mais terão que se deslocar para outros estados e regiões em busca de uma formação minimamente qualificada. E esse cenário torna-se ainda mais promissor quando verificamos que essa expansão não está limitada às capitais e regiões metropolitanas. Grupos de estudos e pesquisas estão a se fortalecer em locais há algum tempo improváveis, como Santarém (PA), Petrolina (PE) e Bragança (PA), isso para ficar em apenas três exemplos entre muitos outros possíveis. Em um contexto no qual as bolsas de pesquisa e auxílios permanência para discentes estão se tornando algo raro para as Ciências Humanas, a diminuição das distâncias é um alento.

Infelizmente, há dois problemas estruturais sobre os quais não posso me silenciar. E eles dizem muito acerca do que deverá ser feito para que essa expansão permaneça e dê novos frutos. O primeiro deles é que devemos ampliar a nossa capacidade de agir como uma área do conhecimento. Em minha opinião, ela ainda é um tanto quanto limitada. Eu vejo e acompanho

alguns colegas antiquistas debatendo sobre, por exemplo, escravidão e religião, com pesquisadores de História Moderna e Contemporânea, mas não vejo o mesmo movimento sendo feito por nós medievalistas. Somos assaz tímidos neste quesito. Em linhas gerais, salvo uma ou outra exceção, parece que ainda nos contentamos a permanecer no interior dos feudos acadêmicos que criamos. Eles são importantes, mas precisamos ir além. Pessoalmente, creio que a grande especialização promovida nas duas últimas décadas, fomentou algo que costumo chamar de “micro história vulgar”, que disseminou uma verticalização temática extrema que nos jogou para fora dos grandes debates temáticos. Isso acabou por nos relegar a um diálogo segmentado feito apenas com os pares, quando muito. Não sou contra essa especialização, em absoluto, mas não posso fechar os olhos para o fato de que se ela não for revista, continuará a nos distanciar dos espaços nos quais poderíamos atuar a partir das nossas referências de docência e pesquisa. Esse é um problema que atinge os historiadores de um modo geral, mas parece ser ainda maior entre os medievalistas. Penso que dialogar de maneira mais próxima com a área de ensino é um tópico complementar que nos ajudaria na resolução deste problema, pois nosso principal público alvo são os futuros docentes que passarão a atuar na Educação Básica.

E se há um problema urgente que se refere à área em si e sua capacidade de atuação e inserção social a promover trocas mais amplas e com públicos mais amplos, há um outro que se refere ao seu futuro em termos internos. Trata-se da formação linguística dos novos pesquisadores. Esses problemas advêm essencialmente de uma base escolar ainda insuficiente em nosso país, que nos distancia de um domínio mais profundo de línguas modernas como o Inglês, o Francês e o Alemão, uma área na qual nossos vizinhos Chile e Argentina parecem ter avançado bem mais. No meu dia a dia e em conversas com colegas de outras instituições, é perceptível que o interesse por temáticas relacionadas ao medievo cresceu vertiginosamente, mas muitos dos alunos que assim se manifestam, têm enormes dificuldades na hora de ler textos em língua estrangeira, algo praticamente obrigatório em nossa área. Mesmo que o acesso à produção internacional tenha se ampliado a olhos vistos ao longo das últimas décadas, o pouco contato com essas línguas, e até mesmo o Espanhol, mantém a existência de um atraso que afasta os discentes iniciantes das pesquisas mais recentes desenvolvidas fora do Brasil e que ainda não receberam a devida tradução para a Língua Portuguesa. Se temos de fato a intenção de consolidar esse interesse e manter a expansão da área na qual atuamos, devemos encontrar caminhos para sanar esse problema que corrói as bases que permitirão a formação de nossos quadros futuros. Tenho plena consciência de que esse é um problema

estrutural ampliado pelas deficiências de nosso sistema educacional, mas não buscar alternativas para pelo menos amenizá-lo, é um equívoco imperdoável. Desta maneira, o qualitativo e o quantitativo devem dialogar cada vez mais para que continuemos a expandir de forma contínua e saudável. Temos muito a ganhar com isso.

**4. De 2002 a 2015, portanto durante os governos petistas, o Brasil experimentou um crescente investimento nas políticas de educação. Enquanto algumas Instituições de Ensino Superior foram ampliadas, outras foram inauguradas, novos concursos foram abertos e mais alunos puderam ingressar nas universidades. Ao mesmo tempo, esse investimento foi acompanhado de outros, que possibilitaram a permanência de estudantes e pesquisadores brasileiros em universidades, bibliotecas, centros de pesquisa e arquivos estrangeiros. É possível dizer que essa década e meia modificou o cenário dos estudos medievais no Brasil ou ainda é cedo para arriscar alguma análise nesse sentido?**

Sem nenhuma inclinação político-partidária ou simpatia a um determinado representante político ligado ao partido A ou ao partido B, olhando apenas para os fatos, a resposta é sim. Esta não pode ser outra. Posso afirmar, com alguma segurança, que pertencço a uma geração que muito se beneficiou com a expansão do ensino superior público com os seus respectivos investimentos durante o recorte temporal citado. No mestrado e no doutorado, desfrutei de bolsas que foram fundamentais para o desenvolvimento de minhas pesquisas, as quais prosseguiram sem maiores preocupações relacionadas ao meu sustento pessoal e aquisição dos livros e demais materiais de trabalho à época necessários. Ao terminar o doutorado, logo fui aprovado em um concurso público que me deu condições de entrar em uma universidade como docente na graduação e, posteriormente, na pós-graduação. Uma realidade encontrada por muitos dos colegas de minha geração que tiveram uma trajetória semelhante e estão a trabalhar em instituições de ensino superior públicas e institutos federais nas cinco regiões do país.

De forma complementar, se até o final do século passado, a possibilidade de formação no exterior, ainda que parcial, era um privilégio ao alcance de alguns poucos com uma origem familiar abastada, a circulação de jovens doutorandos em diferentes universidades europeias e dos Estados Unidos tornou-se uma realidade sustentada pelo crescente fomento à pesquisa que se deu em nosso país. Alguns conseguiram não apenas as famosas bolsas sanduíche, mas também bolsas integrais para quatro anos de estudos. Isso contribuiu muito para derrubar de

vez a velha máxima de que jamais conseguiríamos formar bons medievalistas nascidos em terras brasileiras. Para os pesquisadores que, por um motivo ou outro, não tiveram esse tipo de oportunidade durante as etapas de sua formação, as bolsas para a realização de estágios de pós-doutorado no exterior foram uma imensa contribuição que permitiu não apenas o acesso a centros de pesquisa, bibliotecas e arquivos, mas também o contato com pesquisadores renomados com os quais conseguimos dialogar com maior constância, e que passaram a vir com mais frequência ao nosso país porque também passaram a nos enxergar não mais como forasteiros, mas como pares com os quais um diálogo permanente tornou-se viável, desejável até.

Em todo este processo, o crescimento da CAPES e do CNPq, assim como o de agências regionais de apoio à pesquisa, foram essenciais. Ajustes deveriam ter sido feitos e análises mais criteriosas para as concessões certamente permitiriam o uso mais objetivo e qualificado dessas verbas, mas cortá-las ou diminuí-las a quase zero sob a justificativa de que não houve o retorno esperado, é um equívoco, mais ainda quando levamos em consideração o fato de que o incremento dos investimentos foi uma exceção em um contexto de permanente escassez, algo ainda mais significativo em nossa área que tem até mesmo as bolsas de PIBIC e PIBID sob permanente fogo cruzado, fogo este que parte invariavelmente do Ministério da Educação e órgãos correlatos que nos veem como inimigos, embora membros dos seus atuais quadros tenham desfrutado (e muito!) das benesses citadas, todas elas oriundas desses anos seguidos de bonança.

Temo que com os cortes massivos de bolsas, ou o seu direcionamento para áreas consideradas estratégicas, e as diferenças de valores entre a nossa moeda e as moedas estrangeiras, com destaque evidente para o euro e o dólar, tenham tornado esse momento próspero que se fez na esteira dos governos petistas apenas um sonho de uma noite de verão. Se o que vivemos hoje, é consequência do que aconteceu na década passada e no início desta, em termos de investimentos para o desenvolvimento estratégico do país, a tal expansão sobre a qual falamos nas questões anteriores, o cenário posto a partir de 2016, me permite ter dúvidas e pouca esperança quando projeto o futuro a médio e a longo prazo. Infelizmente. Os investimentos iniciais foram importantes, mas a sua não manutenção e a sua não transformação em política permanente de Estado, impedem a benéfica solidificação de uma cultura universitária longa de transmissão e produção de conhecimento. Tudo isso não pode se resumir a uma única geração, a mesma que conseguiu alcançar o que foi descrito na questão antecedente.



**5. Muito se diz, por várias vezes com razão, que as abordagens sobre a Idade Média carregam uma perspectiva marcadamente eurocêntrica. Nesse sentido, o conceito de Idade Média seria mais bem aplicado se adotado para tratar especificamente do espaço hoje conhecido como Europa e das perspectivas das pessoas que nele viveram, ou, pelo contrário, estender esse conceito aos espaços afro-asiáticos seria um caminho para reconsiderar a Idade Média pelo olhar desse Outro, que não é branco, tampouco cristão?**

A Idade Média eminentemente europeia e essencialmente cristã, é um produto de interpretações impostas posteriormente a este período histórico. Para superá-las de uma vez por todas, é preciso, logo de cara, entender que o que se passou nesse “ocidental medieval” não se deu no vácuo, menos ainda foi decorrente de um milagre. Muita coisa estava a acontecer em muitos outros lugares, do norte da África ao leste da Ásia, a atrair o interesse europeu, mas não existindo em função exclusiva deste, na contramão do que aprendemos e ensinamos durante tanto tempo. Um exemplo bem didático que costumo utilizar em sala de aula para induzir os meus alunos a pensar globalmente, são as “grandes navegações”, que não começaram no Atlântico e não foram dominadas desde sempre pelas potências marítimas europeias lideradas em um primeiro momento por Portugal e Espanha, tendo como marco inicial o século XV. Quando se dá protagonismo único aos europeus, damos vez e voz a uma abordagem eurocêntrica de cunho internalista, que não leva em consideração as simultaneidades e as conexões delas decorrentes, enfim, o que se passava em outros lugares. Com isso, criou-se a ideia de uma hermética relação centro-periferia na qual esse inquestionável domínio europeu parecia estar escrito desde sempre. Se não foi desse jeito, se a cultura global que hoje viceja igualmente diz que não foi, não há razão para continuarmos a pensar assim. É preciso pensar e ensinar a pensar grande!

A abordagem global que está se consolidando, bate forte nisso ao reforçar a ideia basilar de que todos os passados importam. Todos os lados dos processos históricos contam. Embora as pesquisas sejam resultados das escolhas que fazemos, estas não podem ser guiadas por ideologias e certezas definidas logo de cara. Se além de combater teleologismos, a abordagem global traz para o centro das análises o que estava a acontecer simultaneamente em outros lugares, as supracitadas “grandes navegações”, ganham outro sentido quando conectadas ao sistema econômico asiático de fins da Idade Média, o que nos permite criar

conexões mais amplas e profundas que dão conta de entender que os europeus não foram protagonistas e nem mesmo presença permanente no que se refere ao comércio internacional na Antiguidade e no Medievo. A bem da verdade, essa presença europeia se deu na condição de compradores dos pujantes mercados asiáticos que então compunham o coração do mundo, para utilizar a expressão de Peter Frankopan. Concomitantemente, a renovação do que entendemos por Idade Média deve caminhar ao encontro de uma re-orientação de nossas abordagens, desta vez citando André Gunder Frank, para quem a História não pode ser escrita e ensinada sem levar em conta a presença asiática que tanto atraiu os europeus e exerceu influência na própria Europa durante séculos, melhor, durante milênios. Por fim, pensar nesses outros passados e sobre eles escrever e ensinar não permitiria a disseminação equivocada de ideias que dão conta de que a presença chinesa na economia mundial é um fenômeno recente. Também não permitiria a disseminação de ideias supremacistas e tradicionalistas para as quais o ocidente e a cultura judaico-cristã estão sob constante ameaça com a presença de forças que a querem ver em ruínas. A economia foi a referência que escolhemos, mas existem vários outros exemplos possíveis para expor à luz do debate as epistemologias eurocêntricas e o nacionalismo metodológico que por tanto tempo consumimos.

De forma complementar, cito brevemente as minhas pesquisas sobre o renascimento do século XII. Durante anos, de forma inconsciente, eu o tratei como um fenômeno basicamente cristão europeu ocidental com raízes na cultura greco-romana. Todavia, ao descobrir e começar a seguir as trajetórias de personagens como Adelardo de Bath (c.1080-1152) e Daniel de Morley (1140-1210), exemplos de atores-rede que rumaram para terras estrangeiras e aprenderam com não-cristãos, que viviam nos pontos nodais formados pelos fios de redes de contato pelas quais passavam não apenas mercadorias e pessoas, mas muitos conhecimentos, percebi que não poderia pensar esse renascimento me orientando pelos marcos espaciais definidos previamente pela historiografia tradicional que abordou o tema. Segui-os assim, como as ideias com as quais possivelmente tiveram contato e reproduziram no que escreveram, tem sido para mim motivo para considerar a própria percepção de mundo desses homens de muitos saberes e movimentações que não estavam delimitados pelas fronteiras territoriais e ideológicas artificialmente traçadas muitos séculos depois. Creio que com isso, passaremos a pensar a Idade Média de forma mais ampla e heterogênea, e aquilo que foi definido no enunciado da questão como “outro” passará a ser entendido como mais um dos muitos fios que ajudaram a compor o imenso enredamento que conectou em níveis

diversos os mundos medievais, mundos que estiveram em guerra, mas que também produziram trocas de grande magnitude. Não dá mais para tocar apenas em um dos muitos lados dessa história.

Também não podemos negar que essa perspectiva europeia ainda é muito presente entre nós, e isso muito se deve ao fato de que a formação de boa parte de nossos medievalistas tenha sido feita em torno de uma historiografia eurocentrada, pouco afeita ao que estava a se passar em outros lugares além do que havia sido recortado como “a civilização do ocidente medieval”. Nesta, o nacionalismo metodológico sobre o qual falei e que foi denunciado com tanta propriedade por Sebastian Conrad, tinha presença cativa sem despertar maiores indagações. Com efeito, abordagens teleológicas delimitadas por espaços previamente marcados, orientaram as pesquisas que prosseguiram sem questionamentos mais incisivos. As respostas então produzidas, diziam muito sobre o que conduzia política e ideologicamente as percepções de mundo de quem até então pensava, escrevia e ensinava a História nos diferentes níveis do sistema educacional. Pensar em uma Atenas Negra, como propôs Martin Bernal, ou em uma Secília onde três mundos se encontravam, como propôs mais recentemente Sarah Davis-Seccord, seria algo unimaginável aos olhos da historiografia que se fez entre os séculos XIX e XX. Esta tinha outras demandas, portanto, as respostas construídas foram outras. Creio que é chegada a hora de sacudir os pilares que sustentaram essas formas de pensar que nos trouxeram até aqui.

Mais do que um espaço afro-asiático, diria que devemos pensar em um espaço afroeuroasiático, algo que há algum tempo defende a professora Aline Dias da Silveira. A própria presença de não-europeus a circular nos centros de pesquisa e universidades europeias e norte-americanas, e por lá permanecendo a oferecer seus préstimos intelectuais, permitiu que os nossos questionamentos e percepções começassem a ser ouvidos. Ademais, o diálogo em um contexto pós-colonial que começamos a travar com historiadores de outros lugares como a Índia, Turquia, Paquistão e diferentes países da América Latina, tem contribuído e muito para a constituição de abordagens que pensem o medieval a partir de questões não mais apenas internas e genealógicas, com as referidas redes no lugar de raízes. Com a superação necessária e saudável desses internalismos genealógicos, passamos a pensar a História, e a História Medieval em específico, não mais a partir da existência de centros eternos, mas de territorialidades a construir diferentes relações ao longo do tempo, ora mais intensas, ora menos intensas. Territorialidades estas que nos permitem compreender que a grande aventura humana não é fruto da ação de grupos específicos e privilegiados em lugares igualmente

específicos, mas decorrência de relações diversas edificadas ao sabor de variadas necessidades políticas, econômicas, religiosas e intelectuais. Até mesmo a presença da noção de rede no lugar da de contexto, é uma contribuição valiosa, pois passamos a pensar nos rastros deixados pelos homens e mulheres que estiveram a se movimentar de variadas maneiras e no assombroso número de entidades envolvidas para a existência de tal dinâmica. Isso derivou de demandas diversas criadas por esses mesmos homens e mulheres que teceram e circularam por essas redes sem compromisso algum com as fronteiras, as quais vieram a existir muito tempo depois.

Eu costumo brincar com meus alunos em sala de aula e com os meus orientandos de pesquisa que precisamos “colorir” o passado ao problematizá-lo em termos políticos, sociais e econômicos, mas também em termos étnicos. A meu ver, essa brincadeira está se tornando cada vez mais séria. Que bom que seja assim.

**6. Em alguns de seus últimos artigos, você tem trabalhado com os usos do passado medieval, o que renderá também um livro sobre o mesmo assunto anunciado para 2021. O tema é mais que pertinente, haja vista a forma como estão ocorrendo essas apropriações do que seriam, na imaginação desses grupos, os valores e a estética da Idade Média. É possível marcar um ponto de viragem característico para esse tipo de uso do passado no século XXI ou estamos diante de uma continuação de práticas similares já observadas em séculos anteriores, como o XIX e o XX?**

Os usos (e os abusos, evidentemente) do passado medieval não são uma invenção de nosso tempo, conforme você bem mencionou, e eu toco nesta questão no meu livro cujo título será *Cavaleiros de cola papel e plástico: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade* (D7 Livros), com previsão de lançamento para maio de 2021, ou até antes. O século XIX com os seus nacionalismos diversos e o *III Reich* (1933-1945) alemão, são exemplos conhecidíssimos de ressignificação ideológica do medievo para suprir demandas políticas do presente. Há outros que poderia citar, mas creio que esses são suficientes e cumprem bem a sua função didática. Todavia, nesta segunda década do século XXI, com o advento das redes sociais e o impulsionamento segmentado das informações pelo uso massivo dos algoritmos, parece que as possibilidades de expansão e disseminação desse tipo de conteúdo multiplicaram-se exponencialmente, algo cujo fim está muito distante, se é que podemos falar de um fim. O estudo dessas relações entre os medievalismos, as práticas

políticas da atualidade e as novas mídias de massa que proponho em meu livro, deve ocupar cada vez mais espaço em nossas agendas. Isso está a acontecer, mas de forma um tanto quanto tímida e pontual, creio eu, algo que se torna ainda mais explícito quando comparamos nossas inserções com o que já existe nos Estados Unidos e na Europa. O ano de 2020 trouxe alguns avanços importantes, mas penso que também aqui podemos mais.

Acerca do ponto de viragem que você muito bem trouxe a proscênio, creio que posso situar seu nascedouro no curso da década que acaba de terminar. Vamos a ele. Se o assassino Anders Behring Breivik, que feriu e matou dezenas de inocentes na ilha de Utoya, em 2011, na Noruega, e pensava estar defendendo o ocidente contra as forças do mal que tentavam destruí-lo, foi tratado como uma espécie de lobo solitário, as recentes manifestações supremacistas a céu aberto em Charlottesville, nos EUA, em agosto de 2017, demonstraram que a matilha cresceu nesse curto período, e muito. As imagens que de lá saíram e então rodaram o mundo com pessoas usando escudos e capacetes supostamente medievais, acenderam o sinal de alerta indicando que elas estavam incrivelmente conectadas para usar uma afirmação de Amy S. Kaufman e Paul B. Sturtevant, autores do livro *The devil's historians: how modern extremists abuse the medieval past*. De forma complementar, eu concordo em gênero, número e grau, com o que o professor Paulo Pachá vem afirmando há algum tempo. Para ele, aquele agosto de 2017 naquela cidade americana, deve ser entendido como o evento definidor deste novo contexto no qual existe uma forte mitologização tradicionalista do passado medieval a grassar livre, leve e solta entre nós. E se essa mitologização é uma realidade, a ela acrescento a cultura de aceleração presente na modernidade tardia e seu gosto por fatos e histórias alternativas. O Brasil não está livre disso, a universidade não está livre disso, o que pode ser verificado no crescimento acelerado de grupos especializados em publicações, cursos e palestras relacionadas ao medieval, mas sem nenhum critério historiográfico e análise minuciosa das fontes primárias disponíveis. Muitos dos adeptos de tais teorias ditas tradicionalistas compõem os quadros do governo federal a ocupar postos-chave dentro de importantes ministérios, como o das Relações Internacionais e o da Educação. Isso é preocupante, para dizer o mínimo. E embora existam muitos desajustados que assim pensam, por trás deles existem pessoas muito bem preparadas que sabem exatamente o que estão fazendo.

Eu não seria capaz de afirmar categoricamente se tratar de algo novo ou de uma mera continuidade. Há conhecidas práticas de outrora que se fazem novamente presentes, mas que ganharam uma capilaridade inédita pelos motivos supracitados. Pessoalmente, fico assaz

impressionado por estar vivendo esse “novo normal” no qual não mais importa o que está sendo dito, mas quem está a dizer, e este ganha legitimidade pela linguagem emocionalista utilizada e pelo número de seguidores, curtidas e compartilhamentos que possui, não pela qualidade e embasamento dos argumentos dispostos. Nas palavras de quem assim pensa e age, fica marcada a percepção de que vivemos um novo fim da história no qual uma era degenerescente está a viver o seu ocaso a dar lugar a uma época grandiosa e baseada em tradições hierárquicas e patriarcais, cujas referências centrais foram extraídas majoritariamente do medievo, na verdade, um medievo desejável, meticulosamente eurocentrado e que não leva em momento algum em consideração a diversidade étnica e cultural desse período. Estou no meio da leitura de *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populismo*, de Benjamin R. Teitelbaum, que confirma o que disse até aqui e que já imaginava de forma intuitiva há algum tempo. O cenário é preocupante, mais ainda quando consideramos as táticas empregadas por essas pessoas.

Com tudo isso em mãos, tenho que retornar ao cerne das questões 1 e 2, e reafirmar a importância de se estudar a História Medieval e levá-la a outros níveis da Educação Básica e a outros públicos além do universitário. Não o fazer significa dar ainda mais campo para essas pessoas e suas crenças. Eu não me incomodo que mais gente possa falar e escrever sobre o medievo sem ter um diploma universitário devidamente reconhecido, faz parte do jogo e é bom que assim seja. Mas fico extremamente preocupado quando essas narrativas tornam-se impositivas a ponto de querer questionar pesquisas desenvolvidas com extremo rigor no decorrer de anos. Esse fundamentalismo historiográfico é nocivo e precisa ser combatido com a máxima urgência.

Certa vez, Eric Hobsbawm, em uma de suas numerosas palestras, afirmou que os historiadores podem produzir bombas. Sim, eles podem! O problema está aí e não sairá do nosso caminho apenas porque queremos ou simplesmente fechamos os olhos. É preciso atuar fortemente na formação de novos professores-pesquisadores, pois eles serão os responsáveis por desarmar essas bombas ou ao menos diminuir o poder de alcance que elas possuem. Esse foi um pequeno *spoiler* de meu livro. Bem, paro por aqui.

**7. Embora os grupos de direita busquem a Idade Média de maneira mais recorrente e sistematizada, algumas das figuras públicas e grupos de esquerda, ou progressistas, se preferir, têm também a sua Idade Média, que é não sonhada, mas temida. Que Idade Média emerge em discursos dos grupos de esquerda?**

Como mencionei, durante os dois últimos anos, me dediquei a compreender os usos do passado medieval nos discursos de representantes políticos assumidamente de direita, dentro e fora do Brasil. E esse é um fenômeno de inegável caráter global e não é recente. Foi a escolha que fiz. Uma escolha cujos resultados parciais foram apresentados em alguns eventos e que terá sua versão final no livro sobre o qual já falei um pouco. Também é público e notório que existem adeptos de uma visão tradicionalista que se valem de uma determinada estética medieval ligada ao cavaleiro-guerreiro e/ou ao mestre, para criticar aquilo que definem como uma sociedade degenerada cujo fim está próximo. A *Brasil Paralelo* e a *English Defense League*, para ficar em dois exemplos dos dois lados do Atlântico fartamente conhecidos, têm trabalhado muito nessa lógica, assim como grupos menores, como o *Schola Classica*, ligado ao Instituto Hugo de São Vítor, que operam com a lógica de recuperação dos valores perdidos da sociedade ocidental. Há também editoras que operam nessa lógica e que perceberam que há um nicho de mercado com o qual podem lucrar.

Todavia, no decorrer do trabalho para acúmulo de material bibliográfico e novas fontes de pesquisa, o que exigiu de mim um mergulho profundo em *sites* e canais de divulgação dessas ideias, acabei me deparando com grupos de esquerda que, mesmo em proporções menores, também mitologizam o passado medieval em suas práticas discursivas. Se Marine Le Pen, a líder da extrema direita francesa, fez e faz discursos acalorados em suas campanhas eleitorais sob os pés de estátuas de Joana D'arc (c.1412-1431), grupos feministas tomam esse ícone da história francesa como bandeira de luta por direitos da mulher e contra o patriarcado. Quando Adolf Hitler se valia da história dos cavaleiros teutônicos durante a ascensão do *III Reich* e com a II Guerra Mundial (1939-1945) em curso, na antiga URSS, a figura de Alexandre Nevsky (1221-1263) era revivida como incentivo às tropas e ao povo russo para resistir e lutar como o seu antigo antepassado que conseguiu derrotar os invasores alemães no século XIII, na lendária Batalha do Lago Peipus (1242). Os exemplos são múltiplos, positivos e negativos, poderia citar outros, mas esses são significativos para começar a responder o que foi proposto.

No Brasil, a recorrente associação de práticas econômicas arcaicas ao feudalismo também não é de agora, e está arraigada em boa parte de nossa historiografia, mas parece ter ganhado vida nova em *memes* que circularam bastante entre os anos de 2016 e 2019, período no qual as reformas trabalhista e previdenciária estiveram na pauta do governo federal. Usando o fragmento de uma iluminura com camponeses de corpos curvados a ceifar o campo

com suas ferramentas sob a batuta de uma espécie de “capataz”, um deles estampava a ideia de que a primeira das reformas levaria os trabalhadores diretamente de volta à Idade Média. É óbvio que sou contra as tais reformas, e os resultados nefastos produzidos pela primeira estão aí para todos verem. Mas tal associação, muito mais emocional que racional, desconhece, por exemplo, que no sistema feudal a importância dos trabalhadores era significativa. Eles não eram párias ou excluídos sociais, algo que pode ser percebido na presença deles nas iluminuras, nos vitrais de dezenas de catedrais e mesmo na literatura cortês. Algo similar pode ser dito acerca dos usos da imagem de Francisco de Assis (c.1181-1126) pelos adeptos da teologia da libertação desde, pelo menos, os anos setenta e oitenta do século passado. O mesmo Francisco cujo nome e história de vida inspiraram o atual papa, o argentino Jorge Mario Bergoglio, também é imagem recorrente nas ações e discursos de grupos religiosos que criticam o fausto da Igreja e seu distanciamento em relação às classes menos abastadas. Crítica que também pode ser observada nos dizeres de anarquistas que há tempos se valem do medievo para atacar o clero e o seu poder real e simbólico.

Na verdade, de acordo com o que até então consegui observar, na maior parte desses discursos, tanto à direita quanto à esquerda, o medievo emerge como uma referência retórica negativa ou positiva esvaziada, cujo objetivo final é dar legitimidade a discursos que dizem muito mais acerca do presente e das intenções de quem os constrói, do que necessariamente apresentar algo consistente sobre esse período histórico. O fato é que, embora com orientações políticas e visões de mundo díspares, mas com a balança pendendo claramente para a direita em períodos mais recentes de uso massivo da Internet, esses grupos acabaram se aproximando (e muito) em decorrência dessas necessidades de buscar no medievo legitimidade para os seus discursos mais impositivos que analíticos. Os eventos que se deram no dia 06 de janeiro de 2021, em Washington, capital dos EUA, corroboram essa tese e também a certeza de que a matilha negacionista não para de crescer e não está de brincadeira, infelizmente. Se por um lado isso prejudica o ensino e as pesquisas de História Medieval que se veem jogadas no *front* das guerras culturais do momento, não podemos negar que, ainda que de forma tímida, tais usos têm servido para o estabelecimento de novos canais de comunicação com a sociedade, a qual têm dado sinais cada vez mais claros de que se interessa por aquilo que pode estar por trás de tais usos. A despeito do que se passa da direita à esquerda no campo político, encontrar essa sintonia é uma de nossas missões para esta década que começa e para as próximas, sem dúvida.



**8. Deixando de lado as construções de uma Idade Média sonhada ou temida, e partindo para o período medieval interpretado pelos historiadores, cabe uma pergunta para encerrar essa entrevista: Algumas das experiências daqueles que viveram na Idade Média podem contribuir para pensarmos os desafios do nosso presente e nutrir expectativas de futuro? Ou, em outras palavras, o que a experiência medieval tem a suscitar em nós, indivíduos do século XXI?**

De certa forma, creio que essa última pergunta é um necessário complemento das duas primeiras. Há um livro coletivo muito interessante que li há poucos meses em meu período de isolamento social e *home office*, e que toca justamente na questão que você traz. Seu título é *Making the medieval relevant: how medieval studies contribute to improving our understanding of the presente*. Resultado das pesquisas e reflexões conjuntas de Chris Jones, Conor Kostick, Klaus Oschema e outros pesquisadores europeus, que foram apresentadas em um dos congressos internacionais de História Medieval organizados ano a ano pela Universidade de Leeds, na Inglaterra. O livro tem como objetivo mostrar justamente isso: o que o medievo tem a nos ensinar? Os autores construíram suas argumentações a partir do estudo de experiências políticas, científicas, educacionais, sociais e econômicas. Eles são categóricos ao afirmar não se tratar de uma atualização do medievo ou uma comparação entre realidades opostas para explicitar diferenças, mas uma tentativa de se compreender como uma outra época lidou com questões que ainda hoje se fazem presentes em nosso dia a dia. Quando li as primeiras páginas desta obra, logo me lembrei do que escrevi nos primeiros artigos que resultaram no meu *Homens de pedra: tradição, memória e harmonia na pedagogia de João de Salisbury e outros mestres medievais*, publicado em 2018. Eu estava no processo de transição definitiva da educação básica para o ensino superior público federal. Isso se deu nos primeiros anos da década passada. Em todas as ocasiões nas quais debati o ensino com os meus colegas das escolas nas quais lecionei, uma delas a pregar uma cartilha assumidamente neoliberal, eu me perguntava: por que trabalhar apenas com referências pedagógicas modernas e contemporâneas se há uma série de mestres medievais que também lidaram com temáticas análogas no que escreveram e ensinaram a seus discípulos? Será que personagens como Adelardo de Bath, Hugo de São Vítor (1096-1141), João de Salisbury (c.1120-1180) e Guilherme de Conches (1090-1154), entre tantos outros, não têm nada a nos dizer a respeito da formação dos mais jovens? Se a humanidade é o pano de fundo que nos conecta a essas pessoas e a essa época tão distante, por que não tentar? Acho isso absolutamente válido, pois

são experiências humanas e, como tais, têm muito a nos ensinar ou ao menos nos fazer pensar tendo outros pontos de vista como referência. Particularmente, acredito que a religação dos saberes tão defendida há tanto tempo por Edgar Morin, era parte vital da educação letrada pensada no medievo, das escolas monásticas às primeiras universidades, que trazia em si a ética como um de seus principais elementos formadores. Também é válido destacar que existia a valorização de outras formas de saber no medievo. Não por acaso, os conselhos e exemplos dados por mulheres não letradas eram ouvidos e imitados, sobretudo quando essas tinham uma vida cristã exemplar. Assim, ao lado da ciência, existia a sapiência – ambas portadas não apenas pelos homens de saber, mas por homens e mulheres de muitos saberes. Essa relação que se perdeu com a imposição da cultura letrada e burocrática que se consolidou em definitivo no último século, certamente tem muito a dizer, caso pensar junto seja a nossa intenção.

Concomitante às pesquisas que estava a desenvolver ao longo da segunda metade desta década, mas bem antes da leitura de *Making the medieval relevant*, vi o surgimento de uma série de grupos e indivíduos que passaram a defender com unhas e dentes, a volta de uma educação clássica baseada nas sete artes liberais e na leitura dos clássicos da cultura ocidental. Até aí, tudo bem, pois um pouco de humanismo em um cenário dominado por práticas tecnicistas e de fomento ao individualismo neoliberal empacotado pela retórica empreendedora, não faria mal a ninguém. Contudo, superado o meu entusiasmo inicial, o que de fato vi acontecer foi o aumento de críticas infundadas e preconceituosas que defendem a existência de uma suposta educação doutrinadora de esquerda, que nos levou para as piores posições nos *rankings* dos sistemas nacionais e internacionais que avaliam a nossa educação. Raciocinar assim, à luz de um pensamento tradicionalista que apela ao populismo, é negar as origens estruturais dos problemas sociais, políticos e econômicos, que prejudicam há séculos a educação de um país cujas primeiras universidades surgiram com um atraso que só se explica no contexto de uma nação que foi uma das últimas a abolir o trabalho escravo e, ao que tudo indica, será uma das últimas a iniciar a vacinação em massa contra a Covid-19.

Este exemplo que aqui ofereço a partir de minhas inquietações pessoais e pesquisas, traz em si a resposta para a sua pergunta, e essa resposta aponta para a necessidade de entender que as experiências boas e ruins vividas por homens e mulheres no medievo, devem nos inspirar, nos fazer pensar, e não servir como modelos fechados de conduta cuja finalidade silenciosa é impor uma ideologia baseada em perigosas tradições inventadas que dizem mais sobre o nosso tempo que o medievo em si.

Assim como qualquer outro período histórico, a Idade Média traz uma série de lições positivas e negativas. As epidemias, como a peste bubônica no século XIV, para dar outro exemplo, trazem essas duas faces. A valorização do conhecimento e o aprendizado extraído das experiências que davam conta de que o isolamento e a quarentena eram necessários para salvar vidas e manter a economia minimamente funcionando, como foi o caso da cidade de Ragusa (atual Dubrovnik, na Croácia), uma das primeiras na história a praticar a quarentena e que conseguiu amenizar os estragos da peste que ressurgiu por volta de 1377 naquela região. Mas essas mesmas epidemias que se manifestaram durante a Idade Média e além, em específico a da peste negra, demonstram o quanto as doenças podem ser ainda mais letais com os mais pobres, uma vez que nem todos tinham casas espaçosas e ventiladas e/ou poderiam ir para regiões onde a doença demonstrasse menor virulência em decorrência da menor circulação de pessoas. Também posso citar a disseminação de boatos infundados que despertaram dúvidas e fizeram com que pessoas fizessem justiça com as próprias mãos na certeza de que judeus eram os responsáveis pela propagação da doença, como no caso da cidade de Basel, na Alemanha. Nem é preciso dizer que qualquer semelhança com o que hoje vivemos não é mera coincidência. Como havia dito antes, podemos muito aprender com todas essas experiências, com as boas e as ruins, pois existe um pano de fundo humano que nos conecta com quem viveu no medievo. Não o fazer, é estreitar nossa visão de mundo.

Portanto, à luz do que apresentei nesta e nas outras questões por você tão bem construídas, penso que, de acordo com o que ouvi de um outro medievalista quando ainda estava a escrever minha tese, a Idade Média não é e nem deve ser o nosso *alter ego*: nem um tempo degradado que se opõe à nossa suposta modernidade ou um paraíso perdido para o qual devemos urgentemente retornar, mas um período histórico como todos outros e que tem muito a nos dizer desde que estejamos verdadeiramente dispostos a ouvi-lo.

*Entrevista cedida em fevereiro de 2021*